

## Congresso Sec. XXI - O Século das Mulheres



Senhora Dra. Maria José Ritta

Senhor Ministro António Costa

Senhora Dra. Maria de Jesus Barroso - Ilustre Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa

Senhora Conselheira de Estado, Dr<sup>a</sup>. Maria de Jesus Serra Lopes

Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. Vitalino Canas

Senhora Alta Comissária para as Questões da Igualdade, Dr<sup>a</sup>. Joana de Barros

### Fundação Cuidar o Futuro

Desejo, em nome do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, agradecer a vossa honrosa presença neste Congresso, bem como a participação de eminentes personalidades, nomeadamente independentes, que, certamente, por partilharem connosco o mesmo sentimento de que é justa a causa da igualdade, aqui estão para debater, reflectir e ajudar a encontrar os caminhos que, em conjunto, teremos que percorrer para que a Justiça, a Democracia e os Direitos Humanos se cumpram, como ideais e valores fundamentais de uma sociedade equilibrada, uma sociedade em que seja possível uma verdadeira partilha de tudo o que existe entre as mulheres e os homens: partilha de todos os poderes, o doméstico e familiar, o económico, o social, o cultural, o público e o político.



Um dos movimentos característicos do sec. XX foi a luta inexorável pela igualdade entre os sexos, conduzida, sobretudo, pelas mulheres, mas apoiada por um número crescente de homens.

O Relatório do Desenvolvimento Humano dedicado às Mulheres, do ano de 1995, afirma:

"Quando esta luta (pela igualdade) tiver êxito, será um grande marco no progresso da humanidade. E ao longo desse percurso mudarão a maior parte das actuais premissas da vida social, económica e política".

Quem poderá duvidar dessa mudança fantástica? Da chegada desse novo mundo em que, quer na esfera privada quer na pública, passará a existir corresponsabilidade e parceria onde antes reinava a exclusão das mulheres, historicamente discriminadas e invisíveis?

## Fundação Cuidar o Futuro

No século que está a findar, as mulheres foram saindo do círculo bem fechado em que sempre foram encerradas, conquistaram a cidadela do voto, não sem grandes custos, e foram, adquirindo direitos civis, culturais e sociais. Apenas alguns. Aqueles que não perturbassem demasiado a ordem estabelecida pelo discurso da domesticidade, discurso que atribuía às mulheres a tarefa única de realizar prestações familiares, colectivas e voluntárias.

Operava-se, assim, um controlo social informal sobre as mulheres para que estas e os homens tivessem, como ainda têm, responsabilidades sociais diferentes.



À medida que foram acordando dos constrangimentos milenares, através do maior acesso a educação e à cultura, à medida que os meios de comunicação social transmitiram às mulheres e às sociedades os sucessos e as conquistas de outras mulheres, em outros lugares, novas cidadelas foram sendo, sucessiva e pacientemente, conquistadas - o trabalho, a igualdade de salários, a protecção da maternidade na sua nova concepção de função social eminente, a participação cívica e política.

Os direitos humanos representam um conjunto de igualdades que visam assegurar o exercício da cidadania plena a todas as pessoas. Ora, as mulheres estiveram e ainda estão, fora do campo de aplicação de muitos desses direitos. Foi, aliás, para se afirmar que esses direitos também são delas que a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos falou em direitos humanos das mulheres. Não para significar que são diferentes e exclusivos. Antes, para referir que esses direitos são parte dos direitos universais de qualquer ser humano, não só, portanto, dos homens mas também das mulheres.

Mas se o conjunto dos direitos humanos são o suporte da cidadania, desde logo concluimos que essa qualidade não tem existido, em pleno, para as mulheres. Elas são, por isso, cidadãs incompletas. Sendo embora metade do mundo, elas foram a metade que não teve instrução; elas foram a metade economicamente dependente. Elas foram e são as trabalhadoras mal renumeradas ou mesmo não renumeradas, criadoras de uma riqueza incalculável que qualquer Nação lhes deve, e ainda não agradeceu.



Por isso, se afirma, e com toda a propriedade, que as democracias - governo do povo - são também imperfeitas porque têm sistematicamente excluído as mulheres do poder de decisão, nomeadamente política.

Chocará que se diga que a luta contra a discriminação de direitos tem a mesma importância que a abolição da escravatura? E que a eliminação do colonialismo?

Quem o afirma, no seu elevado critério, são as Nações Unidas, no Relatório do Desenvolvimento Humano, de 1995.

Mas em que ponto estamos? Que balanço fazemos? Para onde queremos caminhar?

O balanço é, apesar e tudo, positivo, porque se fez um caminho de igualdade formal de direitos e se encetou um processo de mudança social, com resultados traduzidos, como referi, no aumento da presença das mulheres na educação e nos vários sectores de actividade e no acréscimo de participação em órgãos de decisão. Diminuíram quantitativamente as discriminações em vários domínios.

Poderíamos, então, resumir o estado actual das coisas dizendo que o mundo é ainda desigual, não obstante os progressos conseguidos. As portas das oportunidades na economia e também na política estão apenas entreabertas.



Mesmo nos países da região Nórdica - Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca - que assumiram a igualdade entre os sexos como política nacional deliberada, as oportunidades ainda não são as mesmas para as mulheres e os homens.

Contudo, estou convencida de que a transição do século e do milénio assistirá nos anos vindouros, não muito longínquos, à entrada plena das mulheres em todas as cidadelas de todos os poderes, para aí conviverem, em parceria, com os nossos companheiros de destino, num mundo mais repartido e equitativo em que, sem complexos nem exclusões, possamos, mulheres e homens, dedicar-nos, na base de oportunidades iguais, às responsabilidades profissionais e às responsabilidades familiares, partilhando o poder de decidir.

### Fundação Cuidar o Futuro

O século XXI será, então, o século das mulheres. Não porque elas se apropriem do sec. XXI. Como os homens se apropriaram dos XX séculos anteriores! Quiça, dos anteriores milénios? Mas, apenas para significar que esse será o futuro e o tempo em que elas, finalmente, entrarão nas muralhas mais defendidas da história da humanidade - as muralhas invisíveis do poder masculino, poder que as mulheres querem partilhar para que passe a ser poder definitivamente legítimo. E justo. E equilibrado. Esse poder tem que ter o selo e o cimento dos dois géneros - as mulheres e os homens - simbolicamente, tal como o nascimento de uma criança. E para o nascimento de novos seres e para as responsabilidades familiares, a cargo das mulheres, não estabeleceram estas quaisquer muralhas. De há muito as mulheres vêm admitindo os homens, sem reservas nem quotas. Só, com efeito, a comunhão de espaços - o público e o privado - permitirá afirmar a igualdade real.



Este Congresso será, certamente, um importante momento de concepção de estratégias para o futuro, pela elevada qualidade, prestígio e experiência das personalidades presentes e das que aceitaram integrar os vários painéis, do mesmo modo também, das pessoas que se inscreveram para participar.

A todas as personalidades e participantes, em nome do Departamento Nacional das Mulheres do PS e da Organização deste Congresso, agradeço, penhoradamente a disponibilidade do vosso tempo e o privilégio dos vossos conhecimentos.

Pensamos que promovendo esta conjugação de qualificados esforços estamos a contribuir para a melhoria da situação de todas as mulheres portuguesas e para ajudar o poder político a compreender, com mais profundidade, que a vontade de 52% da população, os seus contributos e experiências são, por demais expressivos, não apenas merecendo, mas tendo o direito, de ser tomados na devida conta.

Ao fazê-lo, estamos convictas de que cumprimos um dever: o de lutar por uma sociedade mais justa e equitativa, mais moderna e desenvolvida, mais coesa e pacífica.

Queremos para as novas gerações um futuro partilhado, democrático e solidário.

Lisboa, 26 de Junho de 1999